

ESTUDO REVERSO



QUESTÕES DA FGV



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Raphael Spyere



2



DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



ATOS ADMINISTRATIVOS

Atributos, Elementos e Extinção

1. (FGV/TCE-RR/2025) No âmbito dos atributos dos atos administrativos existe aquele que costuma ser indicado como fundamento para a inversão do ônus da prova, no sentido de que caberá ao administrado demonstrar a ilegalidade do ato administrativo. Nesse contexto, o mencionado

atributo é a

características

legitimidade

A) presunção de veracidade, em razão do qual se presumem verdadeiros os fatos alegados pela Administração.

P.EX.: rutivado de musas de arvo pública

B) autoexecutoriedade que é condizente com a noção de que há conformidade do ato editado com os parâmetros estabelecidos em lei.

C) imperatividade, segundo o qual a Administração pode levar a efeito as suas determinações sem a intervenção do Poder Judiciário.

ato vinculado

D) vinculação, considerando os parâmetros estabelecidos em lei para a definição do mérito administrativo.

classif poder - poder vinculado

Lei exige conduta da adm.

(S) AUTORIZAR AVALIAR

oport. / equiv. ≠ DISCRETIONARIEDADE

E) supremacia do interesse público, que, consoante explícito na Constituição, determina que a vontade da Administração deve prevalecer sobre a do administrado.

primeiro: I. P se sobrepõe ao interesse privado.

P.A.T.I

LEGI KIMIA

validade

- KEI - NORMAS LEGALIS (Legidicade)

- **DIRETTO - PRINCIPIO** (IMPRESS. MORALIS)

VERACIDADE

- FATOS

• **ENUNCIATIVO**
(CERTIDÃO)

Atos
ordinatórios
(REMOÇÃO)

~~DESIGNA
SERVIDOR
QUADRO~~

Tipicidade

ATO SE IMPÕE ~ AO ADMINISTRADO
(SUPREMACIA DO INT. PÚBLICO)

atos de império
 P.ex.: REQUISICÃO / DECLARAÇÃO
 DE UTILIDADE PÚBLICA / MULTA
 INTERDICAÇÃO / DEMOLIÇÃO.

ELEMENTOS APTOS A PRODUÇÃO DE EFEITOS:

- De um constar em seu.

• VEDAM - SE ~ ALOS INOMINADOS.

OBS.: não está presente nos atos bilaterais = contratos.

EXECUÇÃO (cumpridos) \rightarrow VIA ADMINISTRATIVA \rightarrow NECESSIDADE DE DECISÃO JUDICIAL.

LEI ~ [IMPRIME FORÇA EVOLUTIVA]

MEIOS DIRETOS

coercitivos

2. (FGV/EBSERH/2024) Os atos administrativos devem obedecer a regras específicas para garantir sua validade, caso contrário, podem apresentar vícios que os tornam passíveis de invalidação. No entanto, dependendo do elemento afetado pelo vício, é possível sua correção. Nesse sentido, com base no arcabouço legal, é possível sanar o vício: ~ patologia ~ causa a nulidade

~~A) de forma, desde que realizado por algum Chefe de Poder.~~

~~B) de competência, desde que não seja exclusiva de uma autoridade~~

~~C) de motivo, desde que o ato não prejudique terceiros.~~

~~D) de objeto, desde que não seja vedado expressamente por lei.~~

~~E) de finalidade, desde que não se trate de abuso de poder.~~

INSANÁVEL.

INSANÁVEL.

INSANÁVEL

recheado

• ANULAÇÃO

L DUSTAR

• INVALIDAÇÃO

L Soma

forma-se
válido

• L. 9784/99, Art. 55.

L DEFEITO SANÁVEL.

L NÃO TER

L PREJUDICADO TERCEIRO
LESADO IP

VÍCIOS/DEFEITOS SANÁVEIS: PASSÍVEL DE CORREÇÃO

ELEMENTOS/REQUISITOS (CO - FI - FO - M - OB)

↳ constitutivo do ato

↳ de validade

~ conformidade com a lei/direito

- **Competência** ~ definida em lei ~ **vício**: < / competência ou além dos limites da competência
(SUJEITO) ↳ SANÁVEL: salvo se ~~exclusiva~~
- **Finalidade** ~ interesse público exigido em lei ~ **vício**: DESVIA DO IP DEFINIDO EM LEI
- **Forma** ~ modo como se exterioriza (lei) ~ **vício**: DESATENDER A FORMA PRESCRITA EM LEI
↳ SANÁVEL: salvo se ~~material~~ (prejuízo)
- **Motivo** ~ fundamento (Fato / Direito) ~ **vício**: INEXISTENTE.
- **Objeto** ~ objeto jurídico imediato ~ **vício**: ILEGAL.

• L. 9784/99, ART 13:

- C.E
- N.O
- R.A



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

Raphael Spyere

Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE



ATO VINCULADO

3. (FGV/Câmara dos Deputados/2023) João, magistrado, completa 75 anos de idade, ensejando a edição de ato administrativo de aposentadoria compulsória em razão da dicção da Constituição Federal. Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo, é correto afirmar que a idade de João é:

- ☒ A) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza indeterminada.
- ☒ B) o objeto do ato administrativo, o qual dispõe, no caso apresentado, de natureza determinada.
- ☒ C) a motivação de fato do ato administrativo.
- ☒ D) o motivo de direito do ato administrativo.
- ☒ E) o móvel de fato do ato administrativo.

EXPOSIÇÃO
DO MOTIVO.

≠ ELEMENTO

B 4. (FGV/Câmara dos Deputados/2023) João, servidor público no âmbito do Município Alfa, praticou um ilícito administrativo, dando azo à deflagração de um processo administrativo disciplinar em seu detrimento. Nesse contexto, a autoridade competente nomeia três servidores para atuarem na comissão disciplinar. Verifica-se, contudo, que um dos servidores não é estável, muito embora a legislação de regência do Município exija que os três integrantes da comissão disciplinar o sejam. Assim sendo, a autoridade competente edita um ato administrativo, excluindo o servidor em estágio probatório da comissão, com a sua substituição por outro agente público estável. Nesse cenário, à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante da seguinte espécie de convalidação voluntária do ato administrativo:

- ☒ A) ratificação, que recai sobre o motivo do ato administrativo.
- ☒ B) conversão que recai sobre o objeto do ato administrativo
- ☒ C) conversão, que recai sobre a forma do ato administrativo.
- ☒ D) reforma que recai sobre o objeto do ato administrativo.
- ☒ E) reforma, que recai sobre a forma do ato administrativo.

*Designação ilegal:
• Vício -> NO OBJETO*

*(José dos Santos
Laranjeira Filho)*

convalidação:

DO ADM.

*OBJETO
PLÚRIMO*

D. F

D. B

~~D. S.~~

D. d

NULIDADE

• atos nulos

~ invalidačius
~ vėios įsanačius

~ diru su omuladu

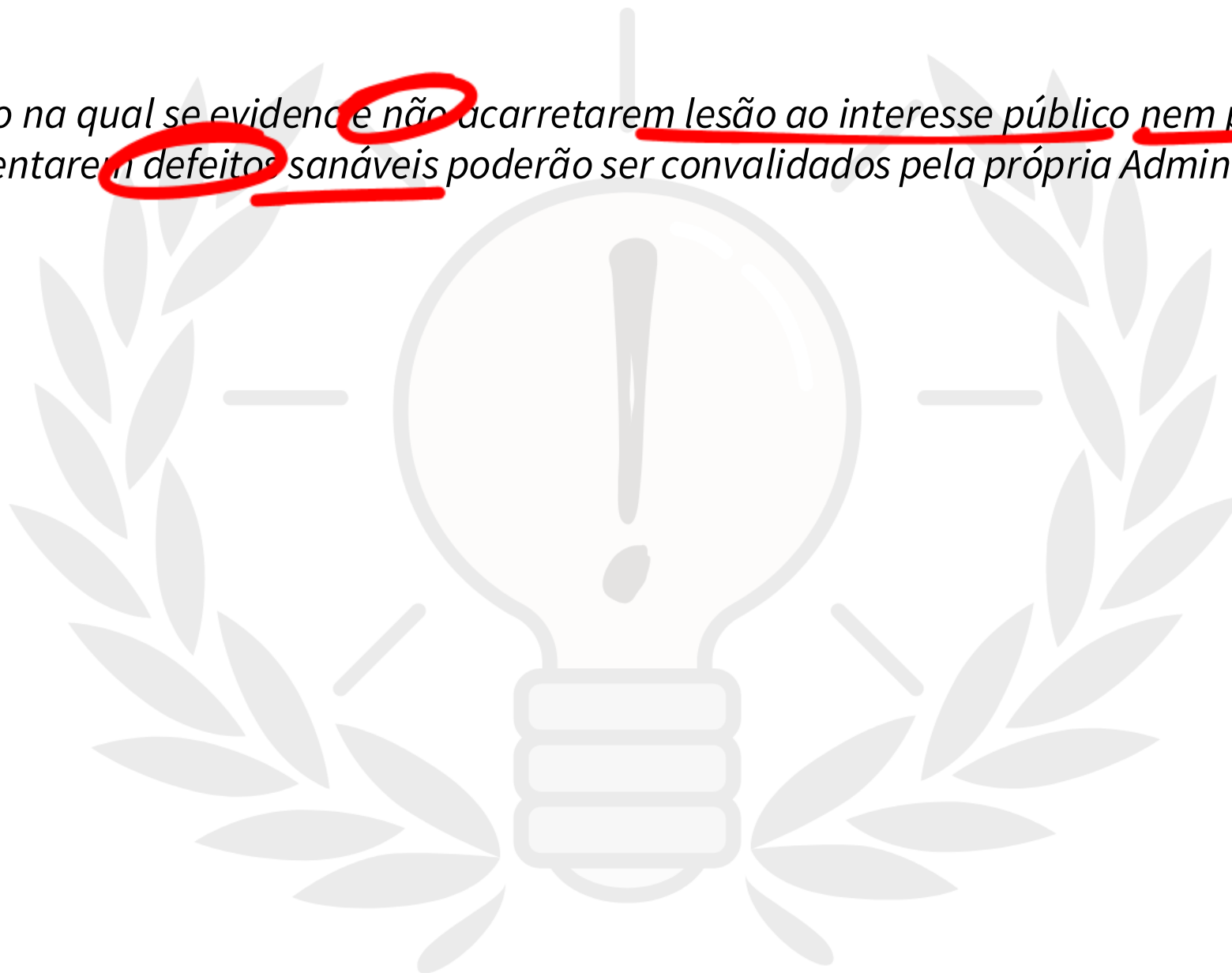
• atos anulavus

~ validačius
~ vėios samānū.

~ pođu su omuladu

Lei nº 9.784/1999

Art. 55. Em decisão na qual se evidencia e não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.



CO/FO

03

Há três formas de convalidação. A primeira é a **ratificação**. Na definição de Marcelo Caetano, “é o ato administrativo pelo qual o órgão competente decide sanar um ato inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o viola”. A autoridade que deve ratificar pode ser a mesma que praticou o ato anterior ou um superior hierárquico, mas o importante é que a lei lhe haja conferido essa competência específica. Exemplo: um ato com vício de forma pode ser posteriormente ratificado com a adoção da forma legal. O mesmo se dá em alguns casos de vício de competência. A segunda é a **reforma**. Esta forma de aproveitamento admite que novo ato suprima a parte inválida do ato anterior, mantendo sua parte válida. Exemplo: ato anterior concedia licença e férias a um servidor; se se verifica de depois que não tinha direito de licença, pratica-se novo ato retificando essa parte do ato anterior e se ratifica a parte relativa às férias. A última é a **conversão**, que se assemelha à reforma. Por meio dela a Administração, depois de retirar a parte inválida do ato anterior, processa a sua substituição por uma nova parte, de modo que o novo ato passa a conter a parte válida anterior e uma nova parte, nascida esta com o ato de aproveitamento. Exemplo: um ato promoveu A e B por merecimento e antiguidade, respectivamente; verificando após que não deveria ser B mas C o promovido por antiguidade, pratica novo ato mantendo a promoção de A (que não teve vício) e insere a de C, retirando a de B, por ser esta inválida.

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 2008, pg. 140-150)

03.



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

**Raphael
Spyere**
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*